

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 03-3-2021.

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Daiana Santos e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 012/21 (Processo nº 0060/21), de autoria de Bruna Rodrigues; o Projeto de Resolução nº 008/21 (Processo nº 0147/21), de autoria de Cláudia Araújo. Também, foram apregoados os seguintes ofícios, do Prefeito: nº 114/21, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 004/21 (Processo nº 0215/21) e solicitando tramitação em regime de urgência para esse projeto; nº 122/21, encaminhando a Mensagem Retificativa nº 01 ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/21; nº 115/21, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Executivo nº 024/20 (Processo nº 0371/20); nº 117/21, encaminhando veto parcial ao Projeto de Lei do Executivo nº 018/20 (Processo nº 0277/20). Ainda, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando desarquivamento de proposições: de autoria de Alvoni Medina, para os Requerimentos nºs 014 e 015/17, 052 e 119/19 (Processos nºs 0307 e 0308/17, 0209 e 0493/19, respectivamente); de autoria de Comandante Nádia, para o Requerimento nº 016/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 161 e 165/20 (Processos nºs 0313/17, 0390 e 0394/20, respectivamente); de autoria de Felipe Camozzato, para o Requerimento nº 027/17 (Processo nº 0484/17); de autoria de Karen Santos, para o Requerimento nº 074/17 (Processo nº 0912/17); de autoria de Lourdes Sprenger, para o Requerimento nº 039/20 (Processo nº 0169/20); de autoria de Mauro Pinheiro, para o Requerimento nº 091/18 (Processo nº 1329/18); de autoria de Mauro Zacher, para os Requerimentos nºs 181/17 e 102/18 (Processos nºs 2641/17 e 1403/18, respectivamente); de autoria de Moisés Barboza, para os Requerimentos nºs 049 e 050/17 (Processos nºs 0658 e 0659/17, respectivamente); de autoria de Roberto Robaina, para os Requerimentos nºs 051/17, 036 e 076/19 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 069/20 (Processos nºs 0685/17, 0148, 0291 e 0167/20, respectivamente). A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando licença para tratamento de saúde do dia vinte e sete de fevereiro ao dia quatro de março do corrente, tendo o Presidente informado que Conselheiro Marcelo fora empossado na vereança, em substituição, do dia primeiro de março ao dia quatro de março do corrente,

integrando a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Também, foram aprovados requerimentos de autoria de Jonas Reis e Leonel Radde, solicitando licenças para tratar de interesses particulares do dia oito ao dia dez de março do corrente. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Aldacir Oliboni, Líder da Bancada do PT, comunicando o impedimento dos suplentes Reginete Souza Bispo, Marcelo Sgarbossa, Carlos Roberto Comassetto, Adeli Sell, Everton de Moraes Gimenis, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Valmir Ferreira Martins, Bernardo Lucero de Carli e Alberto Moura Terres em assumirem a vereança do dia 08 ao dia 11 de março de 2021. Em continuidade, por solicitação de Jonas Reis e Karen Santos, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Alcino Evelásio da Rosa. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Daiana Santos, Jessé Sangalli, Mauro Zacher, Roberto Robaina e Alexandre Bobadra. Às quinze horas e dois minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e secretariados por Hamilton Sossmeier. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito à Diretoria Legislativa que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Temos quórum.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): O Ver. Moisés Barboza solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 27 de fevereiro a 4 de março de 2021. Informo que o suplente de vereador Conselheiro Marcelo Bernardi foi empossado na vereança em substituição no dia 1º de março, nos termos regimentais, passando a integrar a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 8 a 10 de março de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Leonel Radde solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 8 a 10 de março de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoamos declaração firmada pelo Ver. Aldacir Oliboni, líder de bancada do PT, comunicando o impedimento dos suplentes Reginete Souza Bispo, Marcelo Sgarbossa, Carlos Roberto Comassetto, Adeli Sell, Everton de Moraes Gimenis, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Valmir Ferreira Martins, Bernardo Lucero de Carli e Alberto Moura Terres em assumirem a vereança do dia 8 ao dia 11 de março de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito à Diretoria Legislativa que proceda ao apregoamento das proposições apresentadas à Mesa.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, antes das inscrições, queria solicitar um minuto de silêncio. Hoje pela manhã, faleceu um servidor histórico do DMLU, o Sr. Alcino Evelásio da Rosa, que enfrentava um câncer, ele era gari e prestou muitos serviços extremamente relevantes à população de Porto Alegre nesse departamento; não conseguiu alcançar a sua aposentadoria, mas alcançou muitos serviços de qualidade para a população. O DMLU está de luto, assim como a categoria municipal, ele foi um lutador histórico pelo direito dos trabalhadores junto ao Simpa e também uma liderança comunitária na Vila Mapa. Solicito então um minuto de silêncio em memória a esse trabalhador.

Vereadora Karen Santos (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, complementando a solicitação do Ver. Jonas, solicito igualmente esse minuto de silêncio a esse companheiro de coletividade, um companheiro do povo que batalha; o Alcino era a liderança da Conceição, da Timbaúva, da comunidade da Vila da Mapa, da comunidade do Morro da Polícia, era representante do Cores e um grande lutador, um batalhador que muito esteve presente nas sessões desta Câmara, sempre reivindicando o direito dos municipais e das comunidades da periferia de Porto Alegre. Então, as nossas condolências à família, as nossas condolências a todos os companheiros, ao movimento social que perde, com certeza, um grande lutador. Obrigada, Jonas, por reiterar esse pedido em nome da nossa coletividade.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde de quarta-

feira. Fiz questão de solicitar a palavra como liderança do Partido dos Trabalhadores, em nome dos vereadores Jonas Reis, Laura Sito e Leonel Radde e no meu nome, porque é importante a posição já dada inclusive ao governo sobre a iniciativa de votarmos hoje um projeto do próprio governo pedindo autorização para a compra de vacinas. Nós, enquanto oposição, também já tínhamos apresentado um projeto de lei na Câmara, que estava tramitando, nesse sentido, retiramos o nosso projeto de lei e, portanto, encaminharemos favoravelmente à iniciativa do governo municipal. Creio que a iniciativa é louvável à medida que o governo federal se posiciona por negacionismo, não reconhecendo o *lockdown* em várias cidades brasileiras, a superlotação em várias capitais do País, onde pessoas estão perdendo a vida por não estarem conseguindo acesso ao atendimento médico, por não existir uma estrutura adequada na Atenção Básica, por não terem os prontos atendimentos uma logística de rapidez no atendimento, e ficam lá os cidadãos esperando de 8 a 12 horas. Muitas vezes, eles, os cidadãos contaminados ficam lá, sem acesso à testagem, à medicação, ao tratamento, ao monitoramento e ao isolamento. Infelizmente, alguns governos, sejam eles estaduais ou o próprio governo federal, não valorizam a comunidade científica de forma a poderem ter um reconhecimento de precaução, adotando as medidas de distanciamento ou o que a própria bandeira preta preconiza no Estado do Rio Grande do Sul. Louvável a posição do governador, quando ele se posiciona favoravelmente à bandeira preta, cumprindo as restrições que ela preconiza, como também coloca a vida em primeiro lugar. Nós não teremos uma economia saudável, se não tivermos a vida do cidadão trabalhando, operacionalizando, tendo segurança no trabalho. Creio que a agilidade de ofertar a vacina para os cidadãos e as cidadãs tem que estar muito mais presente nos governos municipais, estaduais e federal. Neste ritmo, em função de a oferta ser pífia, irrisória para os estados e os municípios pelo governo federal, não há como terminar a imunização dos cidadãos e cidadãs durante todo o ano. É preciso que os governos municipais e estaduais tomem essa iniciativa. Nós, da bancada do PT, além de apoiarmos essa iniciativa, apresentamos algumas emendas que são importantes, porque direcionam recursos da nossa própria Câmara, e esperamos o apoio. No momento oportuno, faremos a discussão delas. Conversei com o prefeito municipal, quando protocolou o projeto de lei na Câmara, e também hoje pela manhã em relação às emendas.

Creio que esse projeto é uma sinalização da Câmara, têm que ser aprovados por unanimidade tanto as emendas como o próprio projeto de lei fazendo com que o governo agilize a compra dessas vacinas, universalizando o atendimento, não só para quem está na linha de frente - ainda está muito distante de atendermos o seu universo -, até porque, numa própria manifestação, o coordenador da Vigilância Sanitária do Município de Porto Alegre disse que, se esse ritmo for mantido, nós só chegaremos a imunizar aqueles que estão na linha de frente ou nas prioridades em julho. Por isso, então, é necessário apressarmos o passo, lutar pelos cidadãos, pela vida. Acima de tudo, esse resultado da vida dos cidadãos virá com o aquecimento e com a volta da economia funcionando. Nesse sentido, quero dizer, em nome da bancada do Partido dos

Trabalhadores, que estaremos juntos e apoiando hoje as reuniões conjuntas das comissões e a votação desse projeto de lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Bins Ely, vereadoras, vereadores, nós vivemos um dia histórico hoje, nesta sessão. Hoje pela manhã, estive no Centro de Saúde Modelo levando o meu pai para a segunda dose, eu e meu irmão, meu pai tem 90 anos, e conversava lá com as pessoas... (Pausa.) Eu estava no Centro de Saúde Modelo hoje levando meu pai e falando lá com o médico Carlos Brasil, companheiro de lutas, ficamos refletindo. Hoje o pessoal de 80 anos fazia as vacinas. Ele me passava dados, esse médico e mais alguns colegas seus na faixa dos 80 anos, que uma dose da vacina da Pfizer/BioNtech custa cerca de \$ 20. A população, em Porto Alegre, dos 50 aos 80 anos, justamente a que não está imunizada ainda e que é faixa de risco, comporta, mais ou menos, 330 mil pessoas. Para essas 330 mil pessoas, o custo da vacina será, mais ou menos, de \$ 6,6 milhões, o que daria, aproximadamente, R\$ 33 milhões. Com a autorização que damos ao prefeito e com as emendas que solicitamos, com a ideia de que temos que participar, num esforço conjunto, inclusive do ponto de vista financeiro, com as emendas da saúde alocadas para a compra de vacinas, com verbas que a Câmara possa auxiliar para a compra de vacinas, eu tenho certeza de que a autorização do dia de hoje passa a ser também uma exigência gigantesca, porque o Brasil vive, e Porto Alegre não é uma exceção, um momento absolutamente trágico. Ninguém que adoça hoje, em qualquer cidade, ou em muitas cidades, ou particularmente na capital do Rio Grande terá sequer acesso a um hospital. Vai morrer na fila ou vai morrer em casa, se tiver necessidade de equipamentos mais sofisticados. Se tiver necessidade, por exemplo, de uma UTI, com respirador e com equipe técnica especializada.

Portanto é uma obrigação nossa sim aprovar uma autorização para que o prefeito compre. Mas é também obrigação nossa exigir que o prefeito compre as vacinas e vacine o povo de Porto Alegre, é a sua obrigação como gestor. Nós vamos colaborar em todos os sentidos: na votação conjunta das comissões, na votação do projeto, com as emendas que apresentamos, abrindo mão de recursos de emendas obrigatórias... (Problemas na conexão.) ...Câmara auxílio financeiro nesse sentido. Registrando essa posição da oposição, em nome de todas e de todos que compõem o nosso bloco de dez vereadoras e vereadores, eu reitero que é um dia histórico, um dia em que nós estamos unidos no auxílio e, por certo, unidos na exigência de que essa ação efetiva da compra e oferecimento das vacinas ocorra na nossa capital. É nossa obrigação legislar, é nossa obrigação fiscalizar, é nossa obrigação exigir, é nossa obrigação apoiar. Essa luta é uma luta, literalmente, de vida ou morte. E nós apostamos na vida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas, quero fazer uma saudação aos colegas, a todos e todas que estão nos acompanhando; a minha fala se associa muito a esse bloco da oposição que me antecede pelo Ruas e também pelo Ver. Oliboni, porque nós vivemos tempos muito difíceis, tempos muito duros e nos deparamos com notícias desanimadoras todos os dias, que tratam do período mais crítico dessa pandemia até então. No dia de ontem, foram 1.726 vidas, o que se soma ao absurdo de 257mil mortes num ano desta pandemia. É a negação da ciência, é a desinformação, é o descaso, são as informações falsas repassadas, o negacionismo que aqui se reflete no caos das emergências lotadas, da falta de leitos, da contratação de contêineres para dar conta no suporte de manejo dos corpos, isso é desesperador. E agora, instantes atrás, nós estávamos presentes no lançamento do Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19, um importante instrumento de combate, mas também um importante, bem como fala o nome, instrumento de enfrentamento neste período, para que a gente possa restituir o mínimo de dignidade para aqueles e para aquelas que cotidianamente sofrem com esse contexto. Nós recebemos neste dia essa indicação para votar o projeto, enfim, mas acho que é importante trazer que nós não temos um plano de imunização amplo, que incluía os trabalhadores dos serviços essenciais, nós não temos nada concreto. Demoramos muito para pautar as restrições, as medidas de restrição, aliás, elas são péssimas, e elas não dão conta do conjunto que é a sociedade porto-alegrense. Não tem indicativo de auxílio aos pequenos e médios comerciantes, fomentando, cada vez mais, o desemprego, a fome, isso é o aumento da fome. Precisamos de enfrentamento, de estratégias de enfrentamento pelo direito à vida, à saúde. Nós não nos furtaremos à luta. Por isso que eu me posiciono aqui hoje, solicitei este tempo para falar por segurança alimentar, por saúde, por dignidade, pela vida do povo. Nós, do PCdoB, nos unimos, eu e a Bruna, a uma bancada solidária, é isso, porque a gente compreende a necessidade de agir em prol daqueles que mais necessitam. Hoje falar em comida no prato é dignidade, é falar do enfrentamento real, de ações que sejam substanciais, que promovam e produzam impacto na vida desses que sofrem tanto. É falar de uma população que está negligenciada, é falar do desespero, é falar da falta de orientação e de informação por conta do poder público, que quer sim, declaradamente, salvar a economia e não as vidas. Nós nos colocamos veementemente fortes diante dessa situação e com muita força nesse enfrentamento, porque nós compreendemos a necessidade do cuidado com essa população que está, em grande parte, nos transportes públicos, que já vem precarizada, e aí tem um bojo de muitas outras coisas que podem ser colocadas aqui, mas que vão ser os que mais sofrem, que passam fome, são aqueles que sofrem definitivamente, e a gente não pode se furtrar a essa luta. O enfrentamento está aí, e nós não vamos nos colocar distante deles. É isso, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Pessoal, boa tarde, estamos falando sobre a questão da vacina, é óbvio que é um tempo de liderança, numa sessão ainda anterior, tem essa discussão da vacina, que vai ter que cumprir pauta, para conseguir ser pautada hoje, votada e ainda aprovada. Tenho certeza de que esse é um tema que interessa a toda a população, especialmente de Porto Alegre, mas também da Região Metropolitana, que, vindo para Porto Alegre num contexto mais seguro, vai ter mais segurança para atuar, para trabalhar, enfim. Uma preocupação que eu tenho nesse tema da vacina é que todo político acaba tendo a predileção de privilegiar o grupo aquele que o alçou ao poder. À esquerda, são sindicatos; à direita sindical são os grupos de polícia, etc. Acaba que, às vezes, pode acontecer de, no afã de tentar privilegiar a categoria ou o grupo político que alçou o político ao poder, a gente não usar a lógica e a ciência que é defendida como bandeira por aqueles que entendem que essa vacina tem que ser usada de maneira racional para minimizar o impacto sobre a sociedade como um todo. O apelo que eu faço aos vereadores é que a gente esqueça os sindicatos, que a gente esqueça os grupos políticos que colocaram a gente no poder e pense nos idosos, pense nas pessoas portadoras de comorbidades, que são as pessoas que têm mais chance de ter a doença e evoluir com essa doença para o óbito. A gente está preocupado com a saúde das pessoas, a gente tem que se preocupar, especialmente, com as pessoas que têm mais risco de evoluir para um caso grave, que têm mais risco de evoluir para um óbito. Então, não faz sentido a gente ir para uma pauta sindical exigir que um professor de 30 anos receba a vacina antes de uma senhora de 75, aposentada. Não faz sentido a gente exigir que um policial, um guarda municipal de 40 anos receba a vacina antes de um senhor de 80 anos, que ainda está aguardando na fila, na cidade de Porto Alegre, para ser vacinado. Não faz sentido a gente privilegiar uma categoria em detrimento do grupo de risco. Esse é o apelo que eu faço aos vereadores, não façamos desse contexto da vacina palanque eleitoral para as categorias que nos alçaram à posição de vereador na cidade de Porto Alegre. Vamos pensar nas pessoas com mais vulnerabilidade, que têm mais chance de evoluir a óbito, até porque um dos argumentos que eu vejo muito em relação, por exemplo, aos professores, é que o professor pode pegar a doença no serviço, durante a aula, e levar para o pai idoso em casa, e o pai vir a falecer. Sim, então vamos privilegiar os pais idosos, que têm risco de vir a falecer. Não faz sentido a gente privilegiar uma categoria por ser uma categoria específica e não vacinar aquelas pessoas que têm mais risco de evoluir para óbito. Esse é o meu apelo, a gente tem que pensar na lógica, na ciência, e os dados nos mostram que as pessoas mais vulneráveis são as idosas e as portadoras de comorbidades. Eu espero que os vereadores entendam, esse é o meu apelo, que a gente use a ciência, que é tanto defendida, use a estatística, que é usada como referência, para permitir que os grupos prioritários que têm maior risco para evoluir para a morte, sejam, de fato, imunizados antes. Só para lembrar: cada pessoa de 30 anos de idade, não interessa qual é a sua função social, mas cada pessoa de 30 anos de idade, saudável, vacinada, é um idoso a menos que a gente está aumentando a chance

de morrer em função do maior risco, maior probabilidade de evoluir para órbita. Então, não é o momento de a gente pensar no sindicato, não é o momento de pensar na... (Problemas na conexão.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Acho que caiu a ligação do Ver. Jessé.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, vereadoras e vereadores; o dia de hoje será um dia, para nós, extremamente importante, porque há um projeto que nós iremos enfrentar, na tarde de hoje, do Executivo, que nos une, que é justamente a possibilidade que nós estamos dando aqui ao prefeito, que possa vir a comprar vacinas, que nós venhamos a ter uma agilidade nesse processo tão importante e que vai significar para nós estar salvando vidas e, ao mesmo tempo, podendo projetar a retomada da vida de todos nós, mas principalmente da economia da cidade. Quero registrar aqui que ontem fui convocado pelo nosso Presidente a relatar esse projeto que fizemos com muita rapidez e agilidade, que o tempo nos cobra, é urgente que possamos votar e garantir que o prefeito possa, através da sua equipe, construir uma agenda a fim de poder rapidamente imunizar aqueles que mais precisam, evidentemente, mas sobretudo, que a gente possa estar segmentando e trabalhando no sentido que venhamos a ter uma vida normal.

Eu quero registrar aqui que, inclusive, apresentei uma emenda, que é fundamental e está em grande debate nesta Casa e na cidade, que é a cogestão. A cogestão também se faz com a Câmara de Vereadores, assim como com diversos segmentos da cidade, por isso estou propondo que nós também venhamos a criar uma comissão, para que vereadores aqui possam acompanhar o andamento de todo esse processo, o andamento da sua prioridade, o andamento para que nós possamos estabelecer uma agenda que venha, sim, trazer, novamente, uma vida normal à nossa cidade. Imunizar nos une, imunizar significa nós estarmos podendo, novamente, planejar um retorno com sustentabilidade, que possamos salvar as vidas, mas, sobretudo, pensar numa retomada da nossa economia, da nossa cidade. Por isso que eu quero aqui saudar a agilidade desta Casa, dos colegas vereadores, fizemos rapidamente o nosso parecer para que pudéssemos enfrentar, na tarde de hoje, esse importante projeto que está sendo aqui debatido no dia de hoje. Quero aqui ressaltar o nosso apoio, o nosso reconhecimento ao Executivo, que propôs essa matéria, tardiamente, talvez, mas que possamos, agora, com muita agilidade, propor esse projeto... (Problemas na conexão.) Que a Câmara fiscalize, acompanhe e contribua com o seu papel, que é aqui a nossa atividade, como vereadores. Por isso nós iremos votar a favor, por isso eu quero aqui também saudar o nosso Presidente do Legislativo, que, rapidamente, pôs na pauta, juntamente com os líderes, para que nós possamos votar esse projeto tão importante, que vai, sem dúvida, colocar Porto Alegre num patamar mais elevado e significativo da

imunização das pessoas. Por isso que nós estamos dando aqui o nosso apoio e o nosso reconhecimento em dar toda a agilidade para que possamos votar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente. Eu queria começar de onde o Ver. Mauro Zacher terminou, duas observações: a primeira é consensual entre nós, o Ver. Pedro Ruas já mencionou e o Zacher também fortaleceu, a ideia de que hoje é um dia importante, é uma vitória que a Câmara de Vereadores rapidamente vote esse projeto, é um projeto necessário, é um projeto de vida ou morte, como disse o Pedro Ruas, mas eu queria começar como também terminou o Zacher, porque nós temos que reconhecer que estamos atrasados, o Município está atrasado, a Prefeitura está atrasada. Isso é importante. Obviamente que agora, no caso da vacina, o nosso esforço é um esforço comum, e, desse ponto de vista, eu tenho a impressão de que na Câmara de Vereadores o nível de divergência é mínimo em relação a isso. Não acho que seja o caso da discussão nacional. Nós sabemos que o Presidente da República... Tragicamente, nós temos um Presidente que negou a importância das vacinas. Isso é um fato, isso não é uma opinião. Isso é um fato! O Presidente negou. O acordo com a Pfizer não foi feito porque a Pfizer era uma, segundo o Presidente Bolsonaro, que poderia mexer no DNA e, portanto, as pessoas poderiam virar jacaré. A piada do jacaré vem daí. Essa coisa ridícula vem daí. Não foi feito acordo com a Pfizer, quando a Pfizer ofereceu algum nível de acordo, por causa disso, porque não havia, por parte do governo federal, uma preocupação com as vacinas. É muito importante que Porto Alegre esteja entrando nessa linha, mas é gravíssimo, porque sequer nós temos as vacinas disponíveis agora. Ou seja, nós vamos votar, mas a disponibilidade das vacinas agora depende de negociações com empresas, que, infelizmente, nesse caso, no nível de controle público que essas empresas têm, às vezes, é menor do que deveria, então vai entrar numa negociação de mercado, onde existe uma demanda tremenda pelas vacinas. Então, foi um nível de irresponsabilidade, da parte do governo federal, que, infelizmente, fez com que estados e municípios tivessem que atuar, ou seja, o primeiro estado que atuou foi São Paulo. Nesse caso não estou fazendo uma discussão partidária, o primeiro que atuou nesse caso foi o governador de São Paulo, e não é do meu partido, ao contrário, eu faço oposição direta ao governador Doria, mas foi o primeiro estado que atuou em relação a essa questão, que percebeu que nós estávamos sem nenhuma centralização nacional. Pelo peso de São Paulo, pelo fato de ter o Instituto Butantan em São Paulo, o governador Doria tinha peso maior para poder elaborar e executar uma política independente do governo federal, e fez, mas nós ainda estamos atrasados, e vamos tratar de recuperar esse atraso. Por quê? Porque agora, evidentemente, no quadro que nós temos, as medidas imediatas, necessariamente, são de distanciamento, são de isolamento, são de grande possibilidade de termos que fazer um *lockdown* total, porque

todo mundo está acompanhando a evolução da doença. Isso aí alguém gosta? Não. Muitas vezes se polariza entre a economia. Aqui na Câmara, eu ouvia muitas discussões “ah, o setor que vai abrir, não podemos fechar a cidade”. Evidentemente que não se quer fechar as cidades, mas, ao mesmo tempo, na situação em que estamos, acaba acontecendo isso. O que salva essa hipótese, o que permite que a economia funcione e que as vidas sejam preservadas? É ter vacina! Isso era tão básico, isso não foi feito, Cassiá. Aquelas discussões que às vezes a gente tem em relação ao governo federal, nesse caso não é uma questão menor, não é um detalhe da política, não é uma divergência ideológica qualquer, é um problema muito crucial, porque diz respeito à vida das pessoas, a vida de todo mundo. É óbvio que nós achamos, a avaliação que nós temos, é que as classes trabalhadoras são as mais atingidas quando há um problema desse tipo, mas todas as classes sociais no Brasil estão atingidas; todas as classes sociais estão sendo vítimas de um vírus que poderia ser combatido de forma mais eficaz. Então, nós temos um governo federal que vai ser julgado, sim, no futuro, por responsabilidade de genocídio com o povo brasileiro, porque nós vamos chegar a quantos milhares de mortes por causa disso? E há estudos que mostram que poderia ter sido evitado, como poderiam ter sido evitadas milhares de mortes nos EUA também. Evidentemente que nós vamos votar, é um projeto básico, é um projeto urgente, é um projeto que está atrasado, nós temos algumas emendas, mas as emendas são totalmente secundárias em relação à importância de Porto Alegre entrar na compra da vacina. É isso que devia ocorrer. E eu concordo com o Zacher, que é muito importante, Presidente, que a Câmara controle a questão da vacina também, para que não tenhamos... Olhem a crise que teve a Argentina, para não falar em outros lugares do Brasil; olhem a crise que teve a Argentina com isso aí, gravíssima! Foi uma situação absurda na Argentina, com os políticos, com os ministros recebendo a vacina... São escândalos que ocorrem, nós temos que combatê-los, e eu acho que a Câmara tem que ter também esse papel de fiscalização. Muito obrigado, Presidente Márcio, demais vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente, em tempo, para fazer uma ressalva, a gente tem mania de etiquetar as pessoas, estereotipar, é aquele etiquetamento que está naqueles livros de criminologia. A gente tem mania de etiquetar e demonizar sindicato; todas as profissões do mundo têm gente boa e tem gente ruim, e no sindicato não seria diferente. Tem gente que representa associação, sindicato, que não vale nada, e tem gente que, realmente, defende os interesses da sua categoria.

Mas eu não estou aqui para falar de sindicato, de gente boa, de gente má, ou de aproveitadores e pessoas mais equilibradas, eu quero falar de um tema importante aqui, que é a questão da vacina. O próprio secretário municipal de saúde falou que Porto

Alegre vai seguir o padrão de prioridade do governo federal. Pessoas com 60 anos ou mais estão no topo da prioridade para o governo federal, e Porto Alegre é obrigado a seguir. Depois, pessoas com deficiências, institucionalizadas; povos indígenas; trabalhadores de saúde; pessoas com 80 anos ou mais; de 75 a 79 anos; povos de comunidades tradicionais ribeirinhas; quilombolas; de 70 a 74; de 65 a 69; de 60 a 64; pessoas com comorbidades; pessoas com deficiência graves; pessoas em situação de rua; população privada de liberdade – os presos, para quem não sabe; funcionários do sistema de privação de liberdade – funcionários de presídios; trabalhadores de educação básica; trabalhadores de educação de ensino superior; força de segurança e salvamento; forças armadas; trabalhadores de transporte coletivo rodoviário de passageiros; trabalhadores de transporte metroviário e ferroviário; trabalhadores de transporte aéreo; aquaviário; caminhoneiros; portuários e trabalhadores de indústrias. Isso aqui é uma norma do governo federal, e, de acordo com o secretário de saúde, Porto Alegre vai seguir o padrão do governo federal. Quando se fala dos policiais então, a gente não está inventando nada, só estamos reforçando o Programa Nacional de Imunizações. Gostaria de deixar essa ressalva e não ficar confundindo tomada com focinho de porco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não havendo mais inscritos e, por acordo de líderes, estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Convoco a todos para 007ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 15h02min.)

* * * * *